



João Vieira Pereira

FUGIR AOS PORCOS

Fico satisfeito quando o PS, em uníssono, defende uma política de contas certas. Nem sempre assim foi. Nem é preciso ter muita memória para lembrar como foi o PS que, durante a liderança de José Sócrates, sedimentou a prática de esconder despesa fora do âmbito orçamental ou que defendia publicamente que a dívida não era para pagar, apenas para gerir. Na prática não conseguiram fazer nem uma coisa nem outra, o que resultou na crise de dívida soberana e no subsequente resgate financeiro.

Quando olhamos para os valores da dívida, que em termos reais continua a aumentar, percebemos que pouco mudou na sua gestão. Não só devemos muito mais do que em 2011 como há pouca perspectiva de alguma vez virmos realmente a pagar o que devemos. Contudo, algo mudou de substancial: a perceção.

Para Bruxelas, hoje, não há dívida escondida e, acima de tudo, somos aos seus olhos o menino bonito, o caso de sucesso, a prova de que é possível as indisciplinadas economias do sul manterem-se no caminho do equilíbrio das contas. Somos assim vistos como um país cumpridor, mesmo quando a economia é destruída por uma pandemia ou por uma guerra. O infeliz acrónimo PIGS (do inglês para designar Portugal, Itália, Grécia e Espanha), usado de forma pejorativa para se referir a países que basearam parte (ou a totalidade) dos seus modelos de crescimento na emissão de dívida, pode, em poucos anos, deixar de fazer sentido. Quem o diz é Vítor Gaspar. O ex-ministro das Finanças, que coordena o "Fiscal Monitor" do Fundo Monetário Internacional, prevê que em 2025 estaremos menos endividados do que Espanha, Bélgica ou França.

Este capital, que se deve a uma gestão férrea das contas públicas por parte de Mário Centeno e de João Leão, não pode ser deixado fora. Fernando Medina sabe-o e António Costa defende-o, mesmo perante pressões enormes dentro do próprio PS ou do Governo.

O Orçamento agora aprovado mantém a mesma prática austera de todos os outros Orçamentos do PS desde 2016, onde predominavam as excessivas cativações ou a miséria no investimento público (que só aumenta agora por via do PRR). Todos os anos começavam com promessas de despesa que acabavam por nunca serem executadas. Todos os anos inseriam no Orçamento valores que nunca tinham a intenção de gastar. Para que no final de todos os anos fosse possível apresentar um défice inferior ao previsto. Esta estratégia teve um efeito multiplicador na imagem compradora de Portugal. O "ir além da *troika*" de Passos foi substituído pelo "ir para lá do défice" de Costa. O objetivo dos dois era o mesmo: o caminho das contas públicas equilibradas. O primeiro foi apupado, o segundo é aplaudido de pé, até pelas "vítimas" desta estratégia.

As primeiras baixas, além do contribuinte, são os funcionários públicos. Repare nas contas feitas pelo Expresso: olhando para a evolução do poder de compra dos salários da Função Pública conclui-se que os trabalhadores vão chegar ao final deste ano com perdas que chegam aos 6,2% face a 2016.

Este valor foi absorvido pelos cofres do Estado e usado para reduzir o défice e fazer o PS brilhar. E se nos outros anos a inflação era baixa e este "esquecimento" passava despercebido aos mais incautos, este ano é mais evidente devido ao visível crescimento dos preços.

Para Fernando Medina manter esta estratégia, custe o que custar, vai permitir no futuro melhores condições de financiamento das famílias e das empresas e afastar qualquer espectro de uma nova crise da dívida. Que, sendo correta, tem um enorme senão — é impossível explicar como é que esta nova austeridade nos garante o futuro quando continuamos a ser um país onde os salários teimam em não chegar ao fim do mês.

O "ir além da *troika*" de Passos foi substituído pelo "ir para lá do défice" de Costa. O objetivo dos dois era o mesmo: o caminho das contas públicas equilibradas. O primeiro foi apupado, o segundo é aplaudido de pé

2 A explosão do alojamento local transformou a vida de milhares de famílias que passaram a ter de dividir espaços comuns com uma rotação permanente de estranhos. E com eles veio o barulho, o lixo, a insegurança. Casas de habitação transformadas em quartos de hotel, prédios que passaram a ser espaços de festas e bairros típicos para sempre perdidos para uma nova forma de turismo. Um movimento que serviu para tornar os ricos mais ricos — que investiram milhões a abrir este tipo de alojamentos — e os pobres mais pobres com o disparar do preço das rendas. Expulsámos famílias inteiras do centro das cidades, desertos de vida onde passeiam apenas estrangeiros para goádo das atividades que vivem do turismo. Um movimento que nos ia custando cidades inteiras se não fosse a pandemia.

Agora, depois de muitas batalhas legais, o Supremo Tribunal de Justiça veio uniformizar a jurisprudência em relação a este assunto, dizendo que, "no regime da propriedade horizontal, a indicação no título constitutivo de que certa fração se destina a habitação deve ser interpretada no sentido de nela não ser permitida a realização de alojamento local". É fácil perceber que vai disparar o número de pessoas a pedir a ilegalidade do alojamento local que foram obrigados a aceitar. E ainda bem. A bem das cidades, a bem das famílias, a bem do turismo, que deve ter regras e ser, acima de tudo, sustentável. jvpereira@expresso.imprensa.pt

Duelo O Governo apresentou a proposta de OE para 2022 para ser discutida na AR. Como seria de esperar, o documento divide opiniões

Pedro Brinca



Professor da Nova SBE



João Borges de Assunção

Professor da Católica-Lisbon

A PROPOSTA DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2022 É REALISTA?

SIM As previsões macroeconómicas feitas na nova proposta de OE para 2022 são muito próximas das previsões para o cenário macroeconómico do Banco de Portugal (BdP) e do Conselho das Finanças Públicas (CFP). Tanto o ministro das Finanças como o BdP procederam a uma revisão do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real para 2022 em baixa, para 4,9%, relativamente à anterior proposta de OE, que era de 5%. Estão também de acordo relativamente à inflação esperada para 2022, com 4% de crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC). O CFP é ligeiramente mais conservador, prevendo um crescimento de 4,8% e 3,9% para o PIB e o IHPC, diferenças que são irrelevantes. Aliás, todas estas previsões são mais conservadoras do que as últimas projeções da Comissão Europeia, que são anteriores à escalada do conflito na Ucrânia.

Neste sentido, e tendo em conta a informação disponível à data de submissão da nova proposta de OE, este terá sido tão realista quanto era possível ser.

Não obstante, há dois pontos que podem afetar a execução orçamental. Em primeiro lugar, uma enorme incerteza. As consequências dos debates na UE sobre o fim da importação de gás e petróleo da Rússia, os resultados dos esforços diplomáticos para que a China não seja uma válvula de escape para a Rússia no aliviar das sanções económicas, a velocidade e capacidade de substituição dos produtos que se importam dos países envolvidos no conflito (energia, alguns minerais e produtos alimentares), assim como a origem dos mesmos, ditarão muito do que será a evolução em particular da inflação mas também do crescimento económico.

Em segundo lugar, o maior facto político deste OE é a posição relativamente à inflação como sendo temporária, no que é acompanhado pelo BdP e BCE. O que, parafraseando António Costa, motiva um crescimento previsto dos salários para a Função Pública de 0,9% e abaixo da inflação, de forma a evitar uma espiral inflacionária. Só que, significando isto uma perda significativa de poder de compra real para os funcionários públicos (e não só), e perante um contexto político onde PCP e BE estão a precisar de ganhos fáceis de popularidade, é expectável que haja um aumento acentuado da contestação social. A maioria absoluta no Parlamento pode não ser suficiente para a conter.

Um estudo recente da Nova SBE, feito pelos investigadores Bruno Carvalho, Mariana Esteves e Susana Peralta, sugere que as perdas de poder de compra em 2022 das 20% das famílias com menores rendimentos atingirão cerca de €476, muito acima dos €60 de prestação extraordinária previstos no OE para ajudar as famílias que beneficiam da tarifa social de eletricidade, por exemplo. Os efeitos da inflação serão sentidos de forma desproporcional pelos mais pobres (por via do especial aumento dos preços de energia e bens alimentares). Num cenário em que se materialize uma subida de taxas de juro e consequente abrandamento da atividade económica, a contestação pode chegar a níveis incontroláveis.

NÃO O Orçamento do Estado (OE) baseia-se no documento apresentado em outubro passado e assume que a inflação é um fenómeno passageiro. Era preferível que o Governo tivesse repensado a estratégia de raiz.

Convém relembrar que a economia portuguesa ainda não regressou aos níveis pré-pandemia. E no cenário macro do OE o crescimento de 4,9%, sendo possível, parece otimista, já que um valor em torno de 4% talvez fosse mais realista. Caso o cenário do OE se materialize, a economia estará cerca de 0,7% acima dos níveis pré-pandemia ao longo deste ano. Com perspetivas mais realistas o nível de atividade económica pode ficar aquém de 2019 este ano.

A inflação é o assunto mais difícil deste orçamento. A variação do índice de preços no consumidor (IPC) será elevada este ano, com o Governo a prever 3,7%,

que me parece otimista. A subida dos preços da energia e de várias matérias-primas reduz o poder de compra das famílias, mas é diferente de uma subida generalizada dos preços. O controlo da inflação compete ao BCE e não ao Governo. Aquele insiste que esta é temporária o que legitima a opção do Governo em não alterar os preços e os salários que decide administrativamente.

O objetivo para o défice orçamental de 1,9% do PIB reflete algum ajustamento. A opção é compreensível, mas talvez fosse mais realista um valor maior, considerando o atraso na recuperação da economia. O Governo parece acreditar que a di-

menção do PRR será um apoio suficiente. Veremos se será eficiente, mas também justo para com os setores e famílias que mais sofreram com a pandemia. O PRR é despesa pública europeia que terá de ser paga.

A dívida pública deverá atingir 120,7% do PIB em 2022. Pode não incluir plenamente os compromissos com os empréstimos e moratórias garantidos pelo Estado durante o período da pandemia.

O relatório do OE destaca as alterações nos escalões do IRS com cálculos efetuados em euros nominais. Estes podem estar aritmeticamente certos, mas são enganosos no plano económico. Deveriam ser feitos em euros reais o que ilustraria o aumento real do IRS para todos os contribuintes. A não atualização dos escalões do IRS pelo valor da inflação esperada, 3,7%, substancia um aumento real dos impostos sobre o rendimento das famílias que o Governo deveria assumir e justificar em vez de ludir.

O Governo trata o tema da guerra na Ucrânia na perspetiva da mitigação do efeito no preço dos combustíveis. A suspensão da atualização da taxa de carbono até junho de 2022 é adequada, e poderá ser necessário prolongar esta suspensão no tempo. Não há razões ecológicas que justifiquem que os impostos sobre os combustíveis (ISP) em Portugal sejam maiores do que nos outros países da União Europeia.

O OE pode ser irrealista. Mas o ambiente de incerteza é tão grande que talvez seja difícil fazer melhor. A previsível subida dos juros e o risco do regresso dos défices externos nos próximos anos recomendam que o Governo se abstenha de aumentar o peso da despesa pública no PIB face a 2019.

Tendo em conta a informação disponível, a proposta de OE terá sido tão realista quanto era possível

Talvez fosse mais realista um valor maior para o défice, considerando o atraso na recuperação da economia

A Semana

Por MARTIM SILVA
mgsilva@expresso.imprensa.pt

GUERRA A LESTE

A guerra a leste... vira-se para leste, com a Rússia a iniciar a aguardada ofensiva na zona mais oriental da Ucrânia, na tentativa de tomar de vez a região separatista do Donbas.

ZELENSKY

Em quase dois meses de guerra, o líder ucraniano já falou a mais de duas dezenas e meia de parlamentos nacionais ou de organizações internacionais. Esta semana dirigiu-se aos deputados do Parlamento português (exceção para os comunistas, que numa atitude pouco compreensível decidiram faltar).

JEFF BEZOS

O fundador e dono da Amazon, um dos homens mais ricos do planeta, veio fazer uma discreta escapadinha de Páscoa a Portugal. A sua presença só foi notada pela publicação, pela companheira, de fotografias de ambos nas redes sociais.

ELON MUSK

Outro dos homens mais ricos do planeta (tem oscilado com Bezos no topo do ranking) tem dado que falar por causa do Twitter. Mas não por ter feito declarações polémicas na rede social. Antes pela intenção de comprar o Twitter, num negócio que pode atingir os €40 mil milhões.

CRISTIANO RONALDO

Cristiano não foi notícia desta vez por ter marcado um golo ou feito

mais um *sprint* incrível. O português e a companheira perderam um filho. A manifestação de solidariedade e empatia demonstrada pelos adeptos que enchiam o campo do Liverpool, unidos num aplauso de apoio ao futebolista, foi simplesmente notável.

LUÍS FILIPE VIEIRA

500 milhões de euros é o valor total da dívida de Luís Filipe Vieira, enquanto promotor imobiliário, ao Novo Banco. Uma dívida que, como revelou uma reportagem da SIC Notícias, não vai ser paga.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

A forma como é liderada a associação de municípios está a merecer fortes protestos de Rui Moreira, autarca do Porto, que acusa a organização de ser uma

máquina ao serviço do PS. Esta semana, a autarquia nortenha aprovou mesmo a saída da organização, que ainda pode ser travada até final de maio.

EUINICE MUÑOZ

Faleceu um dos maiores vultos do teatro e do cinema em Portugal do último século. Como costuma acontecer nestes casos, voltou a falar-se do Panteão e a discutir-se quem merece ou deixa de merecer repouso no local. A lei diz que só 20 anos depois da morte se pode decidir honras de Panteão Nacional.

FMI

O Fundo Monetário Internacional está mais pessimista que o Governo e que Medina e prevê que o ritmo de

crescimento da economia portuguesa em 2022 abranda para 4% e que o défice orçamental se reduza apenas para 2,4% do PIB.

COSTA SILVA

O novo ministro da Economia disse que poderia estar a caminho uma taxa sobre os lucros extraordinários das empresas conseguidos nesta crise. Depois disse que se calhar não era bem assim. Esta semana veio dizer que a medida não está mesmo em equação. O que nos reserva para a semana?

FRANÇA

Terminou a campanha. Este domingo saberemos se temos mais cinco anos de Macron. Ou se teremos um terremoto.

